

III

O ESTADO DO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DO "GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL - GEP CMEBr" (2014-2022)

Maria Alice de Miranda Aranda
Mariclei Przylepa
Márcia Bueno Gomes

Introdução

O Conselho de Educação é uma instituição de representação social e deliberação plural configurando-se, assim, *locus* constitutivo da democracia, pois, é uma conquista da sociedade civil organizada. Teixeira (2004, p. 692-693) corrobora com essa afirmação, ao argumentar que no contexto social “[...] a constituição de conselhos tem sido percebida como a abertura de espaços públicos, de participação da sociedade civil, caracterizando a ampliação do processo de democratização da sociedade”.

A ampliação deste processo começou a ser materializada, legalmente, pela Constituição Federal (CF) de 1988, ao buscar consolidar direitos e garantir a participação do cidadão na formulação, implementação e no controle social das políticas públicas, por meio da obrigatoriedade da constituição dos conselhos de políticas públicas no âmbito da saúde, assistência social e educação (Art. 198, 204, 206), nas três esferas de governo.

No entanto, salienta-se que os conselhos foram contemplados pela Constituição Federal de 1988 a partir de um forte movimento popular. A sociedade lutou para obter estes instrumentos de participação ao pressionar o Estado a regulamentar e implementar os direitos sociais (Mortatti, 2006).

Defende-se que, os conselhos são importantes instrumentos de aperfeiçoamento da gestão democrática, pois sua constituição e consolidação enquanto espaços públicos podem garantir o exercício da cidadania, ao negociar com o Estado uma política pública de qualidade¹ a todos (Mortatti, 2006).

Ao ponderar sobre a importância histórica, política e social dos Conselhos de Educação, pesquisadores de quatro estados da federação (Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás), sob a liderança do Prof. Dr. Antonio Bosco de Lima, se organizaram e criaram o Grupo de Estudos e Pesquisa “Conselhos Municipais de Educação no Brasil - GEP CMEBr”. Este grupo, a partir da Chamada Universal/MCTI/CNPq n. 14/2014, empreendeu uma investigação nacional sobre os Conselhos Municipais de Educação com os objetivos de: a) compreender a dinâmica de implantação e implementação dos CMEs; b) dialogar, via da pesquisa ou de projetos de extensão, com os CMEs; c) divulgar os resultados de pesquisas e debatê-los nas instâncias internas dos Conselhos, bem co-

¹ Qualidade é um conceito histórico, que se altera no tempo e no espaço, ou seja, o alcance do referido conceito vincula-se às demandas e exigências sociais de um dado processo histórico. Caso se tome como referência o momento atual, tal perspectiva implica compreender que embates e visões de mundo se apresentam no cenário atual de reforma do Estado, de rediscussão dos marcos da educação – como direito social e como mercadoria -entre outros (Dourado; Oliveira, 2009, p. 204).

mo em outros locais, incluindo a mídia impressa ou digital e, d) contribuir com o campo investigativo das políticas sociais no que diz respeito a compreender e aprofundar teses sobre a democracia, o controle social, a qualidade da educação, função e papel de órgãos colegiados no Estado brasileiro.

Considerando o período de 2014 a 2022, este estudo teve por objetivo mapear a produção científica relacionada ao Grupo de Estudos e Pesquisa “Conselhos Municipais de Educação no Brasil - GEP CMEBr”.

A metodologia utilizada para este estudo é do tipo “Estado do Conhecimento”, por meio da pesquisa bibliográfica de: teses, dissertações, artigos, livros, capítulos de livros, anais de eventos, bem como eventos realizados e boletins informativos do grupo. Entende-se o “Estado do Conhecimento” como um levantamento sistemático da produção que contribuiu para o aprimoramento do conhecimento e possibilita avanços teóricos sobre temas específicos num dado período histórico.

Dessa forma, o texto está estruturado em quatro partes (além das considerações iniciais e finais) que sintetizam a produção acadêmica do GEP CMEBr. A primeira parte apresenta uma breve discussão, a partir da literatura, sobre os Conselhos de Educação. Na segunda parte, apresentamos a produção acadêmica do grupo publicada em livros, capítulos de livros e periódicos da área da Educação. Na terceira parte, avaliamos a inserção social do grupo de pesquisa em eventos da área da Educação. E, por fim, apresentamos a produção acadêmica do grupo expressa em Teses e Dissertações derivadas da Pesquisa sobre os Conselhos Municipais de Educação.

O Conselho de Educação na literatura

De acordo com Cury (2006), o Conselho de Educação é um órgão público que objetiva garantir o direito constitucional de cidadania. E mais, enfatiza que um conselheiro ao ingressar na esfera de interesse público possui como premissa assegurar o direito à educação das pessoas que buscam a educação escolar, uma vez que sua função implica em “[...] ser um intelectual da legislação da educação escolar para, em sua aplicação ponderada, garantir um direito da cidadania” (p. 42).

Salienta-se que, os conselhos por serem órgãos normativos, deliberativos, fiscalizadores, mobilizadores e representativos auxiliam o poder executivo no desenvolvimento de políticas públicas educacionais e também “[...] são caminhos essenciais para a compreensão do processo de construção da cidadania², assim como para avaliar as possibilidades de um aprofundamento do processo de democratização da sociedade brasileira” (Gohn, 2007, p. 112).

No entanto, Cury (2006, p. 42) destaca a relevância da função normativa do conselho, pois configura o órgão como um Conselho de Educação na medida em que “[...] a função normativa [...] se faz aproximar da organização da educação nacional para dentro

² Ao olhar o processo histórico que perpassou a sociedade, evidencia-se que a categoria cidadania não teve um único significado e, portanto, uma única concepção, houve variações alicerçadas no contexto social, econômico e cultural que perpassava a sociedade em relação à garantia de direitos sociais. Nesse sentido, como ponto de partida, a cidadania remeter-se-ia “[...] a um modo/forma de participação consubstanciada pelos direitos individuais, civis, políticos e sociais, todos reconhecidos pelo Estado, sendo esses direitos, no caso brasileiro nos dias atuais, imperativos legais assegurados na Constituição Federal em vigor” (Aranda, 2009, p. 178).

da lei, interpretando-a, aplicá-la em prol das finalidades maiores da educação escolar [...]”.

O autor reitera ainda a importância dos diversos conselhos (escolar, de educação, de classe etc.) ao evidenciar que na literatura educacional, principalmente naquela que se refere à política educacional, eles se configuram como um dos instrumentos da gestão democrática da educação (Cury, 2000).

Portanto, tendo em vista a relevância social dos conselhos, defende-se que um Conselho de Educação não pode, de forma alguma, tornar-se órgão de Estado, muito pelo contrário, concorda-se que sua função seja “[...] atuar como ponte mediadora do diálogo entre as aspirações da sociedade e do governo [...]” (Lima, 2018, p. 7). Para tanto, necessita ser constituído e representado de forma paritária pelos diversos segmentos sociais e não somente em sua maioria pelos gestores do poder executivo.

Ressalta-se uma questão salutar em relação à constituição dos conselhos, no contexto societal. A constituição dos conselhos está atrelada à questão da descentralização de poder. Nesse sentido, as contribuições de Azevedo (2001) no que refere a interrogativa do tipo de dimensão que se está privilegiando na descentralização do poder via conselhos é fundamental, uma vez que essa dimensão compõe o caráter constitutivo de criação, organização, objetivos e funções de um conselho. Portanto, a problematização torna-se pertinente: Qual a dimensão a ser privilegiada no processo de descentralização de poder? A dimensão economicista-instrumental ou a dimensão democrático-participativa?

O conceito de descentralização norteado pela lógica economicista-instrumental vincula-se aos postulados neoliberais. Relaciona descentralização com democratização, como justificativa para se transferir responsabilidades que seriam do poder central para o poder local, com vistas a reduzir o papel do Estado a suas funções mínimas, na busca da eficiência e da otimização dos gastos públicos, em que os investimentos nas políticas sociais não são prioritários (Azevedo, 2001).

Já o conceito de descentralização, baseado na lógica democrático-participativa, referência a criação de mecanismos que levam ao alargamento do espaço público na medida em que, intrinsecamente, se relaciona com o avanço democrático por meio da participação, para influenciar a ação do Estado e fiscalizar o exercício do controle social (Azevedo, 2001).

Partindo deste contexto, compreende-se que um Conselho de Educação para constituir-se enquanto *locus* de democracia e cidadania, necessita ter suas bases alicerçadas na dimensão democrático-participativa, pois essa dimensão objetiva a participação social para além do nível consultivo, encaminha para uma participação democrática que não objetiva a minimização do Estado em relação às políticas sociais.

No entanto, adverte-se que a constituição de um conselho nesta base, no contexto vigente, dar-se-á mediante a conflitos, contradições, lutas e participação social, tendo em vista que a ideologia neoliberal concebe e busca materializar a descentralização via conselhos pautando-se na lógica economicista-instrumental, a qual objetiva camuflar as bases epistemológicas de cunho técnico-científico ou positivista racional que amparam uma gestão de política neoliberal (Santos, 2006). O processo de descentralização nesta concepção visa reduzir o papel do Estado e limitar a participação social somente ao aspecto consultivo em relação ao projeto de sociedade.

Não obstante, Santos (2006, p. 8) esclarece que o processo de descentralização educacional imposto pela política brasileira é classificado como sendo economicista-

instrumental “devido a suas ações se constituírem muito mais em transferência de responsabilidades com a educação para níveis cada vez mais micros, [...], do que por partilha do poder”.

Sendo assim, compreende-se que a institucionalização de uma base democrático-participativa na constituição do conselho de educação é a essência para que este seja implementado e atue conforme a materialização da gestão democrática³, porém, corrobora-se com a assertiva de Lima (2001) que:

[...] a concretização da gestão democrática não depende somente de planos legais, mas de sujeitos que os implementem. Portanto, cabe aos Conselheiros, além da compreensão técnica, a compreensão política das questões educacionais, e isto depende, também, sobremaneira, da atuação das Secretarias Municipais e dos próprios conselhos, através de uma gestão político-pedagógica, na qual Conselheiros, funcionários e população adquiram a compreensão política do processo educacional (p. 14).

No entanto, adverte-se que a concretude deste tipo de gestão encontra-se também ancorada na conscientização dos sujeitos sociais enquanto partícipes na constituição de espaços públicos de poder e de enfrentamentos sociais, bem como na apreensão do que vem a ser participação social.

Partindo-se da premissa que, os Conselhos de Educação são *locus* das solicitudes sociais e espaços públicos para a prática da gestão democrática e o exercício da cidadania entende-se ser pertinente apresentar a produção acadêmica-científica do GEP CMEBr sobre a temática.

A produção acadêmica do GEP CMEBr em livros e periódicos

Nesta seção organizamos a produção acadêmica do GEP CMEBr publicada em livros, capítulos de livros e periódicos da área da Educação, no período de 2014 a 2022.

No Quadro 1, a seguir, podemos observar que os pesquisadores publicaram dois livros, sendo o primeiro em 2017, com o título “CMEs no Brasil - qualidade social e política da educação”, organizado por Antonio Bosco de Lima, líder do grupo de pesquisa; este livro contou com a participação dos professores, alunos e egressos dos programas de pós-graduação. Já o segundo livro, publicado em 2018, foi organizado por Elizabeth G. Raimann e Maria Alice de Miranda Aranda, com o título “Dossiê: Conselho Municipal de Educação”, com o objetivo de organizar a produção dos integrantes do grupo de pesquisa sobre os Conselhos Municipais de Educação.

³ Valha-se, para a busca dessa legitimidade democrática, uma outra âncora constitucional que, neste processo, dá mais um fundamento para a gestão democrática. Trata-se da noção de Estado Democrático de Direito tal como expresso em nossa Constituição, no seu Preâmbulo e no seu Art. 1, inclusive seu § único, em que prevê: todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos dessa Constituição (Cury, 2006, p. 58).

Quadro 1 – Livros e capítulos de livros publicados no período de 2014 a 2022 pelos pesquisadores integrantes do Grupo CME-Br

Autores	Formato	Títulos	Ano
Lima, A. B. de (Org.).	Livro	CMEs no Brasil - qualidade social e política da educação.	2017
Lima, A. B. de (Org.).	Capítulo	Conselho Municipal de Educação no Brasil e a construção da concepção de qualidade.	2017
Borges, G. S.; Raimann, A.	Capítulo	O desenvolvimento do Estado e a descentralização da gestão educacional.	2019
Borges, G. S.; Raimann, A.	Capítulo	Mobilizadora dos CMEs e Participação Política da Sociedade.	2017
Silva, J.; Mendonça, K. M.; Oliveira, C. A. V. de.	Capítulo	A percepção de professores/as sobre o Conselho e o Plano Municipal de Educação.	2020
Oliveira, C. A. V. de; Cruvinel, B. V.; Santos, N. H.	Capítulo	Estado do conhecimento sobre os Conselhos Municipais de Educação: um estudo em publicações no estado de Goiás.	2017
Raimann, A. ; Raimann, E. G.; Oliveira, C. A. V. de.	Capítulo	Perfil dos Conselhos Municipais de Educação em Goiás e a qualidade socialmente referenciada da educação.	2017
Almeida, C. B. ; Nez, E.	Capítulo	Conselho Municipal de Educação (CME): Participação e Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE)	2019
Nez, E.; Siebiger, R. H.; Rodrigues, C. G.	Capítulo	Os Conselhos Municipais de Educação em Mato Grosso.	2017
Borges, G. S.; Raimann, A.	Capítulo	Função mobilizadora dos CMEs e participação política da sociedade.	2017
Aranda, M. A. M.; Perboni, F. Gomes, M. B.	Capítulo	"Qualidade da educação" os aportes documentais e na produção acadêmica: conceitos e concepções.	2017
Przylepa, M.; Maia, E. T.; Sousa, A. P. M.	Capítulo	A relevância dos conselhos de educação no controle social das políticas públicas educacionais.	2020
Przylepa, M.; Sousa, A. P. M.	Capítulo	O Conselho de Educação e a Gestão Educacional.	2019
Raimann, E. G. (Org.); Aranda, Maria Alice de Miranda (Org.)	Livro	Dossiê: Conselho Municipal de Educação.	2018

Fonte: Organizado pelas autoras a partir das informações disponibilizadas pelos autores na Plataforma Lattes.

Ainda no Quadro 1, foram registrados doze capítulos de livros produzidos pelo Grupo de Pesquisa. No conjunto estas produções abordaram o tema dos Conselhos Municipais de Educação sobre sete perspectivas: 1) CME: perfil dos conselhos e concepções; 2) Gestão Educacional: ferramenta da gestão educacional; 3) Qualidade educacional: concepções, aportes teóricos e legais, socialmente referenciada; 4) Participação social: função mobilizadora dos conselhos, monitoramento social, controle social e participação; 5) Planejamento: meta dos Planos Municipais de Educação e do Plano Nacional de Educação; 6) Sujeitos: percepção dos professores sobre os CME; 7) Pesquisa e produção acadêmica: Estado do Conhecimento, Estado da Arte.

Já o Quadro 2, demonstra que a inserção do GEP CMEBr em periódicos da área da

Educação, com a publicação de vinte e dois artigos em revistas, entre estas, periódicos avaliados com Qualis/Capes A e B, com difusão na América Latina e, em sua maioria, com acesso online. Isto demonstra que os resultados das pesquisas e reflexões do GEP CMEBr tiveram uma considerável inserção acadêmica e social para a temática dos Conselhos Educacionais, principalmente se considerarmos que a publicação em periódicos reflete a avaliação e aprovação “às cegas” por pares da área.

Quadro 2 – Artigos publicados em periódicos no período de 2014 a 2022 pelos pesquisadores integrantes do Grupo CMEBr

Autores	Título	Periódico	Ano
Lima, a. B.	Teses sobre a educação municipal e o conselho municipal de educação no Brasil	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 15, p. 825-839	2020
Lima, A. B.; Raimann, A.; Santos, F. S.	Estado democrático e a concepção de democracia e representatividade nos Conselhos Municipais de Educação no Brasil.	Revista Diálogo Educacional, v. 18, p. 307-325	2018
Lima, A. B.	O Conselho Municipal de Educação no Brasil e a Qualidade Social (e Política) Referenciada	Educere Et Educare (Versão Eletrônica), v. 13, p. 1-14	2018
Lima, A. B.; Raimann, A.; Oliveira, A. V.; Nez, E. De; Raimann, E. G.	O ensino e a extensão no desdobramento da pesquisa sobre os Conselhos Municipais de Educação no Brasil.	Anais da semana de licenciatura, v. 1, p. 264-272	2018
Borges, G. S.	Participação política no âmbito educacional: um estudo de caso da atuação do Conselho Municipal de Educação na garantia do Direito à Educação.	Revista Panorâmica, v. 1, p. 56-75,	2021
Raimann, E. Gottschalg; Dias, R. F.	A perspectiva da qualidade da educação presente nas ações do Conselho Municipal presente nas ações do Conselho Municipal de Educação de Rio Verde - GO.	Revista Diálogo Educacional, v. 18, p. 390-415	2018
Dias, R. F.; Baraúna, F. A.; Raimann, E. G.	A perspectiva de participação e de autonomia dos conselhos municipais de educação em Goiás.	Educere Et Educare (versão eletrônica), v. 13, p. 01-21.	2018
Oliveira, C. A. V. de; Nez, E.	Participação e representatividade nas pesquisas sobre os Conselhos Municipais de Educação.	Revista Diálogo Educacional, v. 18, p. 348-368.	2018
Oliveira, C. A. V. de; Cruvinel, B. V.; Santos, N. H.; Alves, N. A. L.; Tolentino, J. F.	Os Conselhos Municipais de Educação e as Demandas Sobre Alfabetização no Estado de Goiás.	Diversa Prática, v. 5, p. 214-244.	2018
Nez, E. de; Borges, D. G. P. O.; Lemes, M. F. S.; Moraes, J. N.	Conselho Municipal De Educação (CME) De Barra Do Garças/MT: História e Legislação	Humanidades & Inovação, v. 6, p. 102-113.	2019
Nez, E. de; Almeida, C. B.; Silva, M. R. A. da.	Conselho municipal de educação: participação e monitoramento do plano nacional de educação.	Laplage em Revista, v. 5, p. 44-56.	2019
Nez, E.	Conselho Municipal de Educação (CME): desvelando o conceito de qualidade socialmente referenciada.	Humanidades & Inovação, v. 5, p. 250-260	2018

Siebigler, R. H.; Nez, E.	Perfil da composição dos Conselhos Municipais de Educação de Mato Grosso.	Educere Et Educare (Versão Eletrônica), v. 13, p. 1-22.	2018
Raimann, A.; Baraúna, F. A.	Conselho municipal de educação e a gestão democrática em municípios goianos.	Revista Estudos Aplicados em Educação, v. 4, p. 138-156	2019
Raimann, A.; Santos, F.	Estado, democracia e os conselhos municipais de educação.	Educere Et Educare (Versão Eletrônica), v. 13, p. 1-20, 2018.	2018
Aranda, M. A. de M.; Barcelos, F. dos S.	Conselhos Municipais de Educação na elaboração dos Planos Municipais de Educação no Estado de Mato Grosso do Sul: qual participação?	Educere Et Educare (Versão Eletrônica) v. 13, p. 1-29.	2018
Prado, J. C.; Cabral, W. A. C.	Conselhos Municipais de Educação de Araguari e Uberaba: entre a participação, como qualidade social, e razões constitucionais.	Educere Et Educare (Versão Eletrônica) v. 13, p. 27.	2018
Prado, J. C.; Almeida, C. B.; Parrela, C. R.	Controle social nas ações do Conselho Municipal de Educação de Montes Claros a partir da perspectiva dos conselheiros.	Revista Diálogo Educacional, v. 18, p. 369-389.	2018
Aranda, M. A. de M.; Przylepa, M.; Maia, E. T. da.	Atuação do conselho de educação no controle social dos planos decenais.	Revista Ibero-Americana de Estudos Em Educação, v. 15, p. 735-750	2020
Maia, E. T. da; Przylepa, M.; Aranda, M. A. de M.	Conselhos gestores: descentralização, controle social e participação.	Revista Pedagogia em Foco, v. 14, p. 76-94.	2019
Rodrigues, E. S. S.; Aranda, M. A. de M.	Conselho Municipal de Educação: o papel desempenhado no processo alfabetizador da criança.	Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade, v. 4, p. 60-73	2017
Dias, R. F.; Baraúna, F. A.; Raimann, E. G.	Conselho Municipal de Educação em municípios do Centro Oeste: uma breve análise na perspectiva democrática	Revista Panorâmica, v. 2021, p. 11-24.	2021

Fonte: Organizado pelas autoras a partir das informações disponibilizadas pelos autores na Plataforma Lattes.

Quanto à abordagem do tema, o Quadro 2, demonstra que os Conselhos de Educação foram analisados sob as seguintes perspectivas: **a)** Conselho Municipal de Educação: contribuições para o ensino, a pesquisa e a extensão universitários, produção acadêmica (teses), história, legislação e ações normativas; **b)** Conceitos e concepções sobre: gestão democrática, democracia, gestão educacional, participação e representatividade, qualidade socialmente referenciada da educação, e descentralização; **c)** Controle social e monitoramento da educação: autonomia, participação política, perfil dos conselheiros/conselho, avaliação dos Planos Municipais de Educação e Planos decenais; e **d)** direito à educação com qualidade socialmente referenciada e as demandas sobre a alfabetização da criança.

A inserção social do GEP CMEBr em eventos da área da Educação

A apresentação e publicação de trabalhos em eventos acadêmicos representam uma inserção acadêmica e social das pesquisas na academia. Contudo, essa inserção social se

torna ainda mais representativa, se considerarmos que, ao apresentar seus trabalhos, os pesquisadores têm a oportunidade de discutir os resultados e reflexões com outros pesquisadores da área, bem como apontar os caminhos para as novas gerações de pesquisadores (acadêmicos da graduação e da pós-graduação).

Nesta perspectiva, o Quadro 3, a seguir, apresenta a relação de vinte e seis trabalhos completos e sete resumos publicados/apresentados em Eventos, no período de 2014 a 2022, pelos pesquisadores integrantes do GEP CMEBr.

Quadro 3 – Artigos, trabalhos e resumos publicados/apresentados em Eventos no período de 2014 a 2022 pelos pesquisadores integrantes do Grupo CMEBr

Autores(as)	Artigos/Trabalhos publicados/apresentados em Eventos	Eventos/Anais
Lima, A. B.	Teses sobre a organização da educação municipal e os conselhos municipais de educação.	Colóquios de política e gestão da educação, 2020, Sorocaba. Anais de colóquios de políticas e gestão da educação, 2020. v. 1. p. 4-13.
Lima, A. B.; Aranda, M. A. De M.; Lima, P. G.	Conselhos municipais de educação no Brasil: estudos em três estados brasileiros: São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.	XIX Endipe, 2018, Salvador, BA. Encontro Nacional de didática e prática de ensino. Salvador, BA: Gere, 2018. v. 1. p. 1-36.
Lima, A. B.	O Conselho Municipal de Educação no Brasil e a qualidade socialmente referenciada.	Noveno Congresso latinoamericano de ciencia política, 2017, Montevideo. ?Democracias en recession?, 2017. v. 1. p. 1-21.
Lima, A. B.	Conselhos Municipais de Educação no Brasil e a qualidade do ensino.	XXXI Congreso ALAS, 2017, Uruguay. Las encrucijadas abiertas de América Latina. Uruguay: Alas, 2017. v. 1. p. 1-17.
Lima, A. B.; Raimann, A.; Oliveira, C. A. V.; Nez, E.; Raimann, E. G. ; Borges, G. S.	Conselhos Municipais de Educação, profissionalização docente e qualidade socialmente referenciada da Educação.	XIX Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino - ENDIPE, 2018, Salvador. Anais do XIX ENDIPE, 2018. v. 1.
Guarda, J. A.; Lima, N. F.; Araujo, S. R. J.; Raimann, E. G.	Como o Conselho Municipal de Educação tem tratado da avaliação em larga escala em Jataí/GO.	XXIX Congresso de educação do sudoeste goiano 2.ª ed. internacional e 5ª ed nacional, 2017, Jataí/GO. Anais XXIX Congresso de educação do sudoeste goiano 2.ª ed. internacional e 5ª ed nacional. Jataí/GO: UFG, 2017. v. 1. p. 10-20.
Raimann, E. G.	Participação e controle social nos CME: uma perspectiva da realidade goiana.	I Colóquios de políticas e gestão da educação, 2020, Sorocaba/SP. Anais de Colóquios de políticas e gestão da educação. Sorocaba: UFSCar, 2020. v. 1. p. 81-90.
Silva, J.; Monteiro, K.; Oliveira, C. A. V. de.	O que as/os professoras/es da Rede Municipal de Jataí - GO pensam sobre o Conselho e o Plano Municipal de Educação ?.	XVI SemLic, 2019, Jataí. Anais do XVI SemLic. Jataí: Anais do XVI SemLic, 2019. p. 327-341.

Silva, J.; Monteiro, K.; Oliveira, C. A. V. de.	Conselho e Plano Municipal de Educação: reflexões a partir da percepção de professoras.	XXX CONADE, 2019, Jataí. Anais do XXX CONADE. Jataí: Anais do XXX CONADE, 2019. p. 602-613.
Monteiro, K.; Silva, J.; Oliveira, C. A. V. de.	Análise da consituição e funcionamento do Conselho Municipal de Caiapônia - GO: alguns resultados.	Anais do XXX CONADE, 2019, Jataí. Anais do XXX CONADE. Jataí: Anais do XXX CONADE, 2019. p. 775-785.
Nez, E.; Moraes, J. N.	Conselho Municipal De Educação (Cme) De Barra Do Garças/Mt: História E Legislação.	Colóquio de políticas e gestão da educação, 2020, Sorocaba. Anais de colóquio de políticas e gestão da educação, 2020. p. 48-60.
Nez, E.; Rodrigues, C. G.; Santos, C. A.	O Conselho Municipal De Educação E A Qualidade Socialmente Referenciada: Ensaio Teórico.	V SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2016, Cascavel. V SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2016. p. 1-15
Raimann, E. G.; Oliveria, C. A. V.; Raimann, A.; Lima, A. B.; Nez, E. de.	O ensino e a extensão no desdobramento da pesquisa sobre os Conselhos Municipais de Educação no Brasil.	XV Semana de Licenciatura / VI Seminário da Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática, 2018, JATAI-GO. XV Semana de Licenciatura / VI Seminário da Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática - Interdisciplinaridade no processo de formação docente em educação para Ciências e Matemática. JATAI-GO: Instituto Federal de Goiás - Campus Jataí, 2018. v. 1. p. 264-272.
Oliveira, C. A. V.; Raimann, E. G.; Lima, A. B.; Matias, W. L.; Raimann, A.	A participação do Conselho Municipal de Educação em prol da qualidade socialmente referenciada de ensino.	XVIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2016, Cuiabá-MT. XVIII ENDIPE CUIABÁ. Cuiabá-MT: UFMT, 2016. v. 1. p. 1-12.
Barcelos, F. S.; Aranda, M. A. de M.	Participação dos Conselhos Municipais De Educação do MS na definição dos Planos Municipais de Educação.	1º Congresso de Educação da Grande Dourados. Escola, família e sociedade: construindo novos caminhos, 2015, Dourados. Políticas e Gestão da Educação, 2015.
Barcelos, F. S.; Aranda, M. A. M.; Rodrigues, E. S. S.	O Processo de elaboração dos planos municipais de educação no Mato Grosso do Sul: a atuação dos Conselhos Municipais de Educação.	2019.
Barcelos, F. S.; Aranda, M. A. de M.	A configuração dos conselhos municipais de educação como instrumento de gestão democrática da educação. 2016.	IX Seminário de Política e Administraçãp da Educação da ANPAE Centro Oeste, 2016, Campo Grande-MS. Biblioteca ANPAE - SPERIE CADERNO ANPAE, 2016. v. 40.
Correa, J. C. S. S.; Perboni, F.	Democracia e controle social sobre a educação: uma visão a partir dos Conselhos Municipais de Educação.	2018
Prado, J. C.; Lima, A. B.; Matias, W. L.	Conselho Municipal de Educação e Plano Municipal de Educação: a qualidade	VIII Simpósio Internacional O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente - X Seminário da ANPAE Sudeste - Encontro Regional da ANPAE/MG, 2016,

	entre a exigência legal e a participação democrática.	Uberlândia-MG. VIII Simpósio Internacional O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente - X Seminário da ANPAE Sudeste - Encontro Regional da ANPAE/MG, 2016.
PRADO, J. C.; LIMA, A. B.; MATIAS, W. L.	Conselho Municipal de Educação em Minas Gerais: qualidade e participação.	XVIII Encontro Nacional de Didática e Práticas Educacionais, 2016, Cuiabá-MT. XVIII Encontro Nacional de Didática e Práticas Educacionais - Didática e Prática de Ensino no Contexto Político Contemporâneo: cenas da educação brasileira, 2016.
PRZYLEPA, M.; ARANDA, M. A. de M.	Conselho de educação - atuação na gestão educacional.	XI Seminário Nacional do HISTEDBR, IV Seminário Internacional Desafios do Trabalho e Educação no Século XXI, I Seminário Internacional do HISTEDBR, 2019, Uberlândia - MG. Educação e Mundo do Trabalho: em defesa da escola pública, 2019. p. 3145-3158.
SOUZA, A. D.; ARANDA, M. A. de M.	Os Conselhos Municipais de Educação e a concepção de gestão democrática: uma relação necessária.	VII Encontro De Políticas Práticas De Formação De Professores e III Seminário da Associação Nacional de Política e Administração da Educação de Mato Grosso do Sul, 2017. ANPAE - UFMS. Campo Grande - MS: UFMS, 2017. P. 1-15.
BARCELOS, F. S.; ARANDA, M. A. de M.	Conselhos Municipais de Educação e Gestão Democrática: relação necessária.	II Congresso Da Educação Da Grande Dourados, 2016, Dourados-MS. II Congresso Da Educação Da Grande Dourados. Dourados-MS: http://congressodeeducacaoufgd.com.br/?pg=anosanais , 2016. P. 1-14.
SIEBIGER, R. H.	Conselhos Municipais de Mato Grosso e suas funções previstas em lei.	Semiedu 2017, 2017, Cuiabá/MT. Anais do Semiedu 2017, 2017. p. 1-13.
NEZ, E. de.; SIEBIGER, R. H.; LIMA, A. B.	Estado da arte das pesquisas acerca do Conselho Municipal de Educação (CME): o que dizem as teses e dissertações.	IX Seminário de Política e Administração da Educação da ANPAE Centro-Oeste: relações federativas e a construção do Sistema Nacional de Educação (SNE): qualidade da educação brasileira, 2016, Campo Grande/MS. Anais do IX Seminário de Política e Administração da Educação da ANPAE Centro-Oeste. Campo Grande/MS: ANPAE:UCDB, 2016. v. 1.
DIAS, R. F.; RAIMANN, E. G.	Os Conselhos Municipais de Educação e a qualidade da educação nas produções científicas entre 2010 a 2015.	Conepe, 2016, Jataí- Go. Anais do Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2016. v. 1.
Autores(as)	Resumos e Resumos expandidos	Eventos/Anais
Lima, A. B.	Conselhos Municipais de Educação no Brasil: a construção da qualidade social e política da educação.	VI Congreso Iberoamericano de Política y Administración de la Educación, 2018, Lleida. Gestão pedagógica, organização curricular, qualidade da educação, direitos humanos, diversidade cultural e inclusão social. Brasília: Anpae, 2018. v. 1. p. 35-37.
Lima, A. B.; Almeida, C. B.; Silva, M. R. A.	Conselhos Municipais de Educação: um estudo à luz das ideias Marxistas.	III Seminário internacional: desafios do trabalho e educação no século XXI: os 100 anos da revolução Russa, 2017, Uberlândia. Os 100 anos da Revolução Russa. Uberlândia: Regência e arte, 2017. v. 1. p. 137-137.
Lima, A. B.	Conselhos Municipais de Educação no Brasil e a qualidade do ensino.	XXXI Congreso ALAS, 2017, Uruguay. Las encrucijadas abiertas de América Latina. Uruguay: Alas, 2017. v. 1. p. 1-1.

Lima, A. B.; Raimann, A.; Oliveira, C. A. V.; Raimann, E. G.; Prado, J. De S.; Matias, W. L.	A participação do Conselho Municipal de Educação em prol a qualidade socialmente referenciada do ensino.	XVIII Endipe, 2016, Cuiabá. Didática e prática de ensino no contexto político contemporâneo: cenas da educação brasileira. Cuiabá: UFMT, 2016. v. 1. p. 418-419.
Lima, A. B.; Nez, E. de; Siebiger, R. H.	Estado da arte das pesquisas acerca do Conselho Municipal de Educação (CME): o que dizem as teses e dissertações.	IX Seminário de Política e Administração da Educação - Anpae Centro-Oeste, 2016, Campo Grande. Relações federativas e a construção do sistema nacional de educação (SNE): qualidade da educação brasileira. Campo Grande: Editora Oeste, 2016. v. 1. p. 105-105.
Barcelos, F. S.; Aranda, M. A. De M.; Lima, A. B. De.	Participação dos Conselhos Municipais de Educação nos Planos Municipais de Educação.	Enepex, Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão; 9º ENEPE UFGD; 6º EPEX UEMS, 2015, Dourados. Política E Gestão Da Educação, 2015
Prado, J. C.; Lima, A. B.; Matias, W. L.	Conselho Municipal de Educação e Plano Municipal de Educação: a qualidade entre a exigência legal e a participação democrática.	VIII Simpósio Internacional O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente - X Seminário da ANPAE Sudeste - Encontro Regional da ANPAE/MG, 2016, Uberlândia-MG. VIII Simpósio Internacional O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente - X Seminário da ANPAE Sudeste - Encontro Regional da ANPAE/MG, 2016.

Fonte: Organizado pelas autoras a partir das informações disponibilizadas pelos autores na Plataforma Lattes.

A produção acadêmica, elencada no Quadro 3, demonstra que os integrantes do GEP CMEBr e seus orientandos, ao participar dos eventos, puderam discutir sobre o andamento e os primeiros resultados das pesquisas, e, posteriormente, publicá-los nos livros e periódicos. Os trabalhos apresentados em eventos, para além das temáticas abordadas nos livros e periódicos (Quadros 1 e 2), também trataram sobre: a relação dos Conselhos com a avaliação em larga escala, as percepções dos conselheiros, a participação e o controle sociais como instrumentos da gestão democrática e o Estado da Arte sobre os Conselhos Municipais de Educação.

A produção acadêmica do Grupo CMEBr: teses e dissertações

Quanto aos Programas de Pós-graduação em Educação, a pesquisa do GEP CMEBr teve impacto significativo, apresentando desdobramentos na produção de três teses e cinco dissertações (Quadro 4) defendidas entre os anos de 2017 à 2022.

Quadro 4 – Teses e dissertações de 2014 a 2022

Autor(a)	Orientador(a)	Ano	Formato	Título	Instituição
Cecília Barreto Almeida	Antonio Bosco de Lima	2022	Tese	Conselhos municipais de educação: cogestão municipal e controle social do direito à educação norte-mineira	UFU
Guilherme	Antonio Bosco	2022	Tese	O controle social dos Planos	

Sousa Borges	de Lima.			Municipais de Educação: uma análise da participação de Conselhos Municipais de Educação de Goiás no processo de implementação dos PMEs	UFU
Mariclei Przylepa	Maria Alice de Miranda Aranda.	2022	Tese	A participação no controle social dos planos de educação (2015-2022): em foco os conselhos municipais de educação de Rio Negro e Campo Grande/MS	UFGD
Mara Rubia Aparecida da Silva	Antonio Bosco de Lima	2019	Dissertação	Uma análise sobre o trabalho dos conselheiros municipais de educação de Nova Ponte-MG	UFU
Guilherme Sousa Borges	Ari Raimann	2017	Dissertação	O Direito à educação e à qualidade socialmente referenciada do ensino: a atuação do Conselho Municipal de Educação de Mineiros/GO	UFG
Renata Freitas Dias	Elizabeth G. Raiman	2018	Dissertação	O conceito de qualidade de educação proposto pelo CME de Rio Verde-GO	UFG
Fabiany dos Santos Barcelos	Maria Alice De Miranda Aranda	2017	Dissertação	A participação dos Conselhos Municipais de Educação na elaboração dos Planos Municipais de Educação no Estado Do MS	UFGD
Fátima Almeida Baraúna	Ari Raimann.	2019	Dissertação	Os Conselhos Municipais de Educação no Sudoeste Goiano e a Perspectiva Democrática Avanços e Impedimentos na Perspectiva Democrática	UFG

Fonte: Organizado pelas autoras a partir das informações disponibilizadas pelos autores na Plataforma Lattes.

No conjunto, estas teses e dissertações abordaram o tema dos Conselhos Municipais de Educação a partir de: a) análises sobre a cogestão municipal e o controle social na garantia do direito educacional; b) análises dos Planos Municipais de educação e dos papéis dos conselheiros na participação processo de elaboração, nas concepções e conceitos construídos, no controle social da qualidade educacional e das metas das gestões municipais; c) análises da produção acadêmica e reflexões sobre os instrumentos de gestão educacional e de gestão democrática.

Considerações finais

A revisão da literatura e as produções do GEP CMEBr demonstraram que o tema dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) têm relevância acadêmica, social e histórica, sendo abordado por diferentes perspectivas, desde o papel dos CMEs como instrumento de gestão e de democracia, quanto como requisito para a garantia do direito à educação de qualidade.

As evidências apontaram que os Conselhos de Educação, muitas vezes, configuram-se em órgãos meramente técnico-burocráticos e normatizadores das demandas

do poder público, não contribuindo com a democratização da educação. Entretanto, reitera-se a compreensão que os conselhos são órgãos de relevância social, tendo em vista seu poder normatizador em relação às políticas educacionais.

Portanto, comunga-se do princípio que os conselhos possuindo como premissa a gestão democrática legitimada legalmente tenham o favorecimento, a obrigatoriedade e a possibilidade de almejar uma participação social para além do nível consultivo em relação às políticas educacionais. Para tanto, adverte-se a necessidade de os conselhos estarem alicerçado em bases contemplativas da dimensão democrática-participativa, desde sua constituição até seus encaminhamentos, pois desta maneira conseguirão consubstanciar-se como *locus* democrático e deliberarão por uma educação dialógica e de qualidade social para todos.

Portanto, apesar de considerar que os contextos de formulações e implementações de políticas sociais são delineados por condicionantes econômicos, socioculturais e históricos, defende-se que há nichos profícuos para a atuação popular na sociedade que necessitam ser considerados e ocupados. Estes nichos seriam os Conselhos de Educação, por serem órgãos de representatividade e de empoderamento social e por possuírem como função a normatização, a deliberação e a fiscalização da gestão educacional.

Referências

ARANDA, M. A. de M. **O significado do princípio da participação na política educacional brasileira nos anos iniciais do século XXI: o declarado no PPA “Brasil de Todos 2004-2007”**. 236 p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS, 2009.

ARANDA, M. A. de M. A participação como princípio da gestão democrática: o debate pós-ditadura militar. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 56, p. 266-279, mai. 2014. Disponível em:
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640448/8007>.
Acesso em: 12 mar. 2019.

AZEVEDO, J. M. L. **Políticas de descentralização da educação, municipalização do ensino fundamental e desigualdades educacionais**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2001 (Projeto de Pesquisa).

BIGARELLA, N. **O papel do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul na definição de políticas para a gestão da educação básica (1999 - 2014)**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2015.

BORDENAVE, J. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. Gestão da educação: município e escola. In: FERREIRA, N. S.; AGUIAR, M. A. (Orgs.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996:** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 29 nov. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria da Educação Básica. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da escola pública.** Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. **Política nacional de valorização dos trabalhadores da educação.** Brasília: MEC, 2005.
Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/valtrabedu_pol.pdf. Acesso em: 29 nov. 2017.

CURY, C. R. J. Conselhos de Educação: fundamentos e funções. **RBP**, v. 22, n. 1, jan./jun. 2006, p. 41-67.

CURY, C. R. J. Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas. In: AGUIAR, M. A da S.; FERREIRA, N. S. C. (Orgs.). AGUIAR, M. A. S; FERREIRA, N. S. C. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.** São Paulo: Cortez, 2000.

CURY, C. R. J. Conselhos de educação: fundamentos e funções. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, [S.l.], v. 22, n. 1, p.41-67, fev. 2006. ISSN 2447-4193. Disponível em:
<http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/18721/10944>. Acesso em: 12 mar. 2019.

DEMO, P. **Participação é conquista:** noções de política social participativa. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cad. Cedes [online]**, v.29, n.78, pp.201-215, 2009. ISSN 0101-262.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622009000200004>. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

ESTADO DE MATO GROSSO. **Lei complementar 49**, de 1º de outubro de 1998: Dispõe sobre a instituição do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso e dá outras providências. Disponível em:
<http://app1.sefaz.mt.gov.br/sistema/legislacao/LeiComplEstadual.nsf/9733a1d3f5bb1ab384256710004d4754/5fc1d9aa762b88eb042567c1006acee8?OpenDocument>. Acesso em: 15 fev. 2017.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

GOHN, M. da G. **Conselhos gestores e participação sócio-política**. São Paulo: Cortez, 2011.

LIMA, A. B. **Conselhos municipais na educação**: perspectivas de democratização da política educacional municipal. 2001. 150 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

LIMA, A. B. Conselhos de educação, movimentos sociais e controle social. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 1, n. 1, p. 28-46, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://educacaoemperspectiva.ufv.br/index.php/ppgeufv/article/view/9/5>. Acesso em: 07 mar. 2019.

LIMA, A. B. O conselho municipal de educação no Brasil e a qualidade social (e política) referenciada. **Revista Educere Et Educare**, v.13. n. 27, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/17753/13143>. Acesso em: 07 mar. 2019.

MILANI, C. R.S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, mai./jun. 2008. ISSN 0034-7612. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a06v42n3.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2019.

MORTATTI, M. E. V. **Gestão democrática como um processo de educação para a cidadania**. São Paulo: USP, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006.

NEGRI, A. **5 Lições sobre império**. Trad. Alba Olmi. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.

NOGUEIRA, M. A. **Um estado para a sociedade civil**: temas éticos e políticos para a gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, O. F. de. **O conselho municipal de educação no Brasil**: práticas políticas e deliberações públicas em Nova Iguaçu. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio de Janeiro, 2008.

SANDER, B. **Gestão da educação na América Latina**. Campinas/SP: Autores Associados, 1995.

SANTOS, A. L. F. Gestão democrática da escola: bases epistemológicas, políticas e pedagógicas. In: **Anais da 29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação/ANPED**, Caxambu – MG, out. 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT05-2114--Int.pdf>. Acesso em: 06 out. 2018.

SANTOS, I. R. dos. **Conselhos de educação e participação política na semiperiferia do sistema mundial nos anos 1990: Brasil e Portugal.** Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

TEIXEIRA, L. H. Conselhos municipais de educação: autonomia e democratização do ensino. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 691-708, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a09v34123.pdf>. Acesso em: 17 out. 2018.

ZANETTI, R. B. F.; OLIVEIRA, C. A trajetória dos conselhos de educação e a democratização do ensino. In: **5º Congresso de Pós-Graduação da UNIMEP**, Piracicaba, 25 a 27 de outubro, 2007. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/mostracademica/anais/5mostra/5/11.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.